

303216
18.01
09.03.18

Ex. Sr. Presidente da Assembleia da República
Presidente da A. R. à DAC/pl
a 6.ª Comissão, com o intuito de
criar um fundo anti-furto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República 090320

PETIÇÃO Nº 563/X/4^A

1. Considerando que o Regulamento Comunitário de Reconhecimento Mútuo n.º 764/2008, de 9 de Julho, que estabelece procedimentos para a aplicação de certas regras técnicas nacionais a produtos legalmente comercializados noutro Estado-Membro será directamente aplicável em Portugal a partir do próximo mês de Maio de 2009.
2. Considerando que a sua entrada em vigor irá alterar profundamente as regras de funcionamento da comercialização do sector da ourivesaria. Caso não seja excluída da sua aplicabilidade, os artefactos de metais preciosos, teremos a breve trecho, um problema gravíssimo de confiança e segurança no consumo deste tipo de produtos.
3. Considerando que o sistema português de legalização dos artefactos de metais preciosos, sistema esse pensado para a protecção do consumidor e para o prestígio de um sector de tradição, estará a partir desse momento posto em causa, uma vez que passarão a poder entrar em Portugal artefactos de metais preciosos que não carecem de legalização prévia por parte da Contrastaria portuguesa, estando apenas previsto um mecanismo de fiscalização, do qual se duvida a sua aplicação, e do seu efeito imediato de impedimento de comercialização de artefactos ilegais.
4. Considerando que a entrada em vigor deste diploma, sem uma cláusula de salvaguarda, ie, aprovando Portugal a exclusão da sua aplicação aos artefactos de metais preciosos, à semelhança da posição tomada pelo Reino Unido e Irlanda, trará para o sector da ourivesaria e para o país graves prejuízos, por não dar as necessárias garantias ao consumidor.
5. Considerando que existe enquadramento na legislação portuguesa, concretamente no Regulamento das Contrastarias, que estabelece a forma como os artefactos de metal precioso podem ser comercializados e fabricados, não sendo mais de que um claro regime de autorização prévia na forma como a mesma é entendida no Regulamento de Reconhecimento Mútuo.
6. Considerando que é já autorizada a venda no território nacional de artefactos de ourivesaria marcados ao abrigo da Convenção sobre o Controlo e Marcação de Artefactos de Metais Preciosos (Convenção de Viena).

ASS. N.º 1 DA REPÚBLICA
303216
20/3/2009

7. Considerando, também que, estão legalmente marcados os artefactos provenientes de outro Estado do EEE quando respeitem as seguintes condições (artigo 11º-1c) do Regulamento das Contrastarias, redacção dada pelo Decreto-Lei nº 57/98 de 16 de Março:
- Tenham apostos o punção de fabrico ou equivalente e o punção de toque (este punção subentende, onde existam, o punção da Contrastaria e o de toque, o que em muitos países são dois distintos);
 - Esteja depositado na INCM documento comprovativo do registo do respectivo punção de fabrico ou equivalente no país de origem;
 - O conteúdo informativo das marcas de garantia de toque seja reconhecido pelo Instituto Português da Qualidade como equivalente ao das marcas de garantia de toque estabelecidas no Regulamento das Contrastarias e não seja susceptível de induzir em erro o consumidor;
 - As marcas de garantia de toque tenham sido aplicadas por um organismo independente do país de origem, em condições reconhecidas como equivalentes às estabelecidas no Regulamento das Contrastarias pelo Instituto Português da Qualidade.

Nós, abaixo-assinados, pedimos que a Assembleia da República dentro da sua competência legislativa:

- Considere que o enquadramento legal em vigor estabelece já um regime de autorização prévia.
- Não fazendo a interpretação descrita no ponto acima descrito, legisle no sentido da adaptação de uma autorização prévia na comercialização dos artefactos de metal precioso.

Com os nossos melhores cumprimentos e consideração,

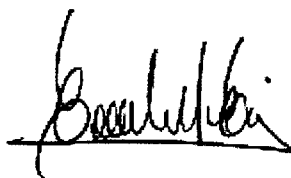
Lisboa, 5 de Janeiro de 2009

Os Coordenadores da Petição Colectiva



Manuel Alcino

Presidente da Direcção da Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal



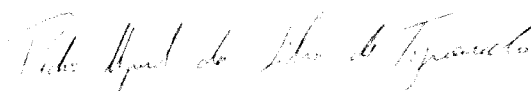
Carlos Caria

Presidente da Direcção da Associação dos Industriais de Ourivesaria do Sul



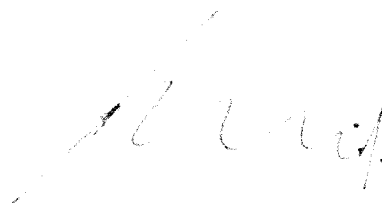
Manuel de Carvalho e Sousa

Presidente da Direcção da Associação dos Ourives da Póvoa de Lanhoso



Pedro Miguel da Silva Figueiredo

Presidente da Direcção da Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul



Jorge Borges de Freitas

Presidente da Direcção da Divisão de Ourivesaria e Relojoaria do Norte da Associação dos Comerciantes do Porto

aorp



Antônio Santos

Antônio Santos

Presidente da Associação Nacional de Ourives e Relojoeiros